

# MARÉ VIVA

MUNICÍPIO DE ESPINHO  
BIBLIOTECA MUNICIPAL

Director Interino: JOSÉ RAFAEL TORMENTA

SEMANARIO

AÑO IX N.º 435 — PREÇO 17\$50 — 9/5/85

## Estação da C. P.

# Câmara escolheu terrenos do Vale do Vouga para a sua implantação

A Câmara Municipal de Espinho deliberou, de acordo com uma proposta de Rolando Sousa, apontar «à CP como local prioritário para a implantação da futura estação» de caminho de ferro «a zona designada por Espinho-Vouga».

Esta decisão foi tomada pelo Executivo Mu-

nicipal numa reunião realizada à porta fechada, no passado dia 30, por 5 votos favoráveis e dois contra. Nesta sessão foram ainda apresentadas mais duas propostas que não mereceriam o acordo dos membros da Câmara.

— ÚLTIMA PÁGINA

POR INICIATIVA DA UEDS

Espinho e a Área Metropolitana do Porto estiveram em debate

— PÁGINA 5

"Operação Limpeza" efetuada pela PSP

24 máquinas de jogo apreendidas em Espinho

— PÁGINA 3

## VOLEIBOL

# A festa de um título que andava fugido há 20 anos



A equipa que conquistou o título nacional

— PÁGINA 7

# Edmundo Duarte demite-se por atitude do Presidente

O treinador do Sp. Espinho, Edmundo Duarte, afirmou no passado domingo, depois do jogo com o Paços de Ferreira onde se registou um empate à dois golos, que ia pedir a demissão do seu cargo. Este facto, depois confirmado pelo nosso jornal, resulta do comportamento do Presidente do Clube, Américo Padrão, que após a substituição do defesa esquerdo Eliseu pelo avançado Abel, e depois dos protestos da massa associativa, desceu as bancadas do Avenida para contestar a decisão do técnico espinhense.

A Edmundo Duarte, que assim venceu a sua dignidade, não restava outra atitude que não a tomada, sob pena de vir a pactuar com uma situação que nada tem a ver com o desporto e apenas vem confirmar atitudes e afirmações menos responsáveis do Presidente do maior e mais prestigiado clube espinhense.

— ÚLTIMA PÁGINA

AMÉRICO PADRÃO:

O Presidente que, segundo Edmundo Duarte não tem capacidade para assumir a condução de um clube com o prestígio do Espinho.





## Dois casos na «Marinha»

Dois casos lamentáveis registados na Marinha de Silvalde, vieram novamente pôr na ordem do dia a questão da falta de policiamento naquela zona da cidade sempre tão esquecida.

No passado dia 15 de Abril, registou-se um assalto ao café Nice, cujo autor foi de imediato identificado pela Polícia Ju-

diciária, de que resultou o roubo de 15 contos em moedas de 25\$00, 4 contos de cotas do SCE ali recebidas, 4.800\$00 da máquina registadora e 7 contos da arca congeladora dos gelados, num total de 30.800 \$00. O proprietário do café, sente-se ainda lesado em cerca de 20 contos de prejuízo correspondente ao período em que o estabelecimento esteve encerrado para averiguações.

Na noite seguinte e sem que um caso tivesse a ver com o outro, marginais penetraram nas garagens dos prédios da Sol-verde naquela zona e destruíram quatro carros com decapante e tintas, causando prejuízos na ordem das 4 centenas de contos. A entrada foi-lhes facultada, segundo moradores, por uma das garagens que ficou semi-aberta, dando acesso para as restantes através de uma porta lateral.

Estes dois casos causaram alguma preocupação junto dos residentes da Marinha de Silvalde, que se queixaram à reportagem do «Maré Viva» de aquela ser uma zona esquecida pela polícia. «Apenas aqui passa o carro patrulha, disse-nos o proprietário do café, e eles já sabem quando ele passa». Esta é já uma questão antiga, tendo os moradores enviado, há cerca de 7 anos, um ofício para o Ministro da Administra-

ção interna de então para que o seu problema fosse resolvido. «Devíamos ter policiamento, continua o proprietário do café, nem que fossem os comerciantes a pagá-lo, porque ele é muito mais necessário aqui do que na rua 19, por exemplo». Uma outra moradora, Maria Natália, com quem conversamos junto aos prédios, fez-nos sentir o mesmo problema. Para ela a presença regular de um polícia na zona justificava-se, «até para meter receio às crianças que partem aqui tudo».

Entretanto, consultada uma fonte policial foi-nos afirmado que «aquela é uma zona que não está sem vigilância. O carro patrulha passa por ali em períodos diurnos e mais assiduamente durante a noite; temos ainda agentes motorizados que passam bastantes vezes». A nossa fonte revelou-nos ainda que «a maior preocupação tem incidido no grande centro porque tem muito mais movimento e não há possibilidades de colocarmos agentes apeados naquela zona».

Uma questão que continua ao longo dos anos por resolver e que por certo passaria ainda por um aumento dos reforços policiais superior ao que há pouco tempo se registou. Enquanto isso não se verificar e a polícia não tiver possibilidades de efectuar um maior policiamento na zona, aliás como no bairro da Ponte de Anta onde o mesmo se passa, os moradores continuam a viver com o receio do que a eles e aos seus bens poderá vir a acontecer.

## Polícia faz operação de limpeza em máquinas de jogo

Numa operação levada a cabo a nível distrital a PSP de Espinho, fiscalizou a semana passada na área da sua jurisdição, 72 máquinas de jogo, das quais 24 foram apreendidas no «Relax» por se encontrarem em situação ilegal, num total de 17 estabelecimentos «visitados».

A acção desenvolvida pela polícia local, foi composta por cinco brigadas, todas elas acompanhadas por um inspector da Inspeção Geral de Jogos deslocados propositadamente à Lisboa para esta operação, que como dissemos se estendeu a todo o distrito.

Durante o trabalho de limpeza levado a cabo pela polícia foram passadas várias multas, não se registando qualquer prisão. A casa mais afectada foi o «Relax», na rua 4, no quarteirão da «Marisqueira», único estabelecimento onde se efectuou apreensão de máquinas de jogo, num total de 24, de acordo com uma fonte policial. As máquinas estavam em situação ilegal e

juntamente com elas foram recolhidos cerca de 50 contos que se encontravam no seu interior. A PSP elaborou os respectivos autos de apreensão, ficando as máquinas à sua guarda.

Ainda segundo a fonte policial por nós contactada, «o dono da respectiva casa abusava um pouco com a lei, não cumprindo o mínimo que lhe era exigido».

Podemos ainda adiantar que a questão da exploração deste tipo de máquinas tem causado ultimamente alguma polémica, já que por deliberação governamental vão ser proibidos os «flippers» e as máquinas «poker» fora dos casinos, a partir do próximo dia 31 de Junho.

## 1.º DE MAIO EM ESPINHO

— Uma vez mais a chuva estragou a festa

As comemorações do 1.º de Maio em Espinho ficaram bastante prejudicadas devido à forte chuva que a partir de certa altura da tarde começou a cair na nossa cidade, não permitindo que a maior parte do programa fosse cumprido.

Sob o signo: «Por Abril, com o povo/Governo novo», as comemorações do Dia Internacional do Trabalhador foram promovidas em Espinho, à semelhança do que aconteceu noutras cidades do Distrito, pela União dos Sindicatos de Aveiro.

O momento alto da festa viria a ser a manhã desportiva, com provas de atletismo com início às 9,30 horas no Largo da Câmara. Nela participaram cerca de meio milhar de atletas e no final foram distribuídos troféus e medalhas.

Para a tarde estava marcada uma concentração com desfile, às 15,30 horas no Largo da

Câmara, finalizando estas comemorações com um comício festa junto à piscina, onde iriam participar o Rancho Folclórico Ribeira de Ovar, Rancho Regional de S. João de Ver, Conjunto Conchas da Costa Verde e Sérgio Mendes, estando ainda prevista uma intervenção dum membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, Ferreira Mendes.

O desfile não se viria a realizar por um erro de organização, porque ele era para ser feito juntamente com os ranchos que não foram devidamente informados e se dirigiam directamente para o local onde iria ter lugar o comício-festa. Depois da actuação dos ranchos e do conjunto Conchas da Costa Verde, nada mais foi possível fazer devido à chuva. Ficaria por actuar Sérgio Mendes e não haveria lugar para a intervenção do membro da CGTP-IN.

## Encontro de antigos alunos da Industrial

Os alunos que em 1957 «inauguraram» a Escola Industrial e Comercial de Espinho, vão reunir-se em convívio no dia 15 de Junho no Hotel Praia-golfe. O convívio consta de

almoço e depois uma pequena festa. O preço é 1100\$00 por pessoa e as inscrições poderão ser feitas até 31 de Maio na rua 2, n.º 105 r/c, Espinho.

## COM A DEVIDA VÉNIA

...«O criminoso tem medo quando abusa da sua liberdade: mas vai para a frente metendo medo»...

M. António  
Espinho Vareiro  
de 3-5-85

...«Atenção, pois: se começar a ver por aí algum funcionário camarário a disparear sobre os inúmeros cães vadios que vaguelam pela cidade, tenha calma que ninguém está a matar ninguém!»

Defesa de Espinho  
de 2-5-85

...«Nos estabelecimentos de ensino, falar e escrever mal é, diríamos, «obrigatório». Mesmo na cadeira de português, os professores, salvo raras excepções, não dão à expressão oral e escrita a importância devida. Chega-se ao cúmulo de os próprios educadores cometerem erros ortográficos de bradar aos Céus...»

Jaime Gabriel de Jesus  
in Defesa de Espinho  
de 2-5-85

«E a finalizar, pedimos ao Delegado Regional do FAOJ que nos desse uma definição de jovem. «Para o FAOJ, jovem é todo o indivíduo que tem idades compreendidas entre os 15 e 24 anos.»...

Defesa de Espinho  
de 2-5-85

«...Quando as pessoas têm sede raramente se lembram de beber água. Preferem a limonada, a gasosa, a cerveja, o gelado...»

In Espinho Vareiro  
de 3-5-85

## MUNICÍPIO DE ESPINHO

EDITAL N.º 43/85

Artur Pereira Bártolo, Presidente da Câmara Municipal de Espinho:

Faz-se público que durante o prazo de 30 dias, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente edital no Diário da República, será aberto concurso público para a execução da obra «PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAAMENTO QUE LIGA O LARGO DA IGREJA AO C.M. 1013 (AGUEIRO), EM PARAMOS».

Base de licitação 5.173.150\$00  
Depósito provisório 129.329\$00

Só podem ser admitidos ao concurso, concorrentes nacionais, titulares do alvará da IV Categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.

Os depósitos podem ser substituídos por garantia bancária.

O programa de concurso e caderno de encargos, encontram-se patentes todos os dias úteis, dentro das horas normais de expediente, na Secretaria da Câmara Municipal. A abertura das propostas que devem ser entregues nesta Câmara Municipal ou enviadas pelo correio, sob registo, será feita pela Comissão nomeada para o efeito, no primeiro dia útil seguinte ao fim daquele prazo, pelas quinze horas, na Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Espinho, salvo se este coincidir com sábado que será no primeiro dia útil que se seguir.

E eu, João Vicente, Assessor Autárquico desta Câmara Municipal o subscrevi.

Espinho, 26 de Abril de 1985

O Presidente da Câmara,  
Artur Pereira Bártolo

## VIDEO PARQUE

APRESENTA O SEU Clube de Video

— BETA — V.H.S. — V. 2.000 —

- Filmes legendados
- Sempre os mais recentes sucessos do cinema
- Alugar é mais prático e económico

Visite-nos: Rua 23 n.º 514 (Frente ao Jardim Parque)

ESPINHO

## CAN-CAN II

BOITE PIANO BAR

DISCOTECA

O seu ponto de encontro

Bastante requinte para que se sinta bem, durante o seu Drink. Aberto de 2.ª a 6.ª feira, das 21 às 02 horas e às 6.ª feiras das 21 às 03 horas.

RUA 18 N.º 615 — TELEF. 723442 — ESPINHO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

# Onde está o Partido Socialista?

A abstenção do PS, permitiu que uma moção do PSD sobre as comemorações do 25 de Abril, condenando a Câmara por se «colar» a uma agremiação que, segundo diz, é fortemente conotada com o Partido Comunista, no caso a Nascente, decidiu o tom político que até final marcaria esta sessão. Não fora o entrar-se na discussão do estudo elaborado pelo Eng.º António Abel, sobre o trânsito em Espinho, e não se teria passado do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

## Câmara só pode alinhar à direita

Da leitura da correspondência respigamos o alerta e protesto dos comerciantes da zona poente da linha, que não concordam com a proliferação dos vendedores ambulantes, que prejudicam os seus legais interesses, acusando ainda que tal tipo de comércio degrada uma zona por excelência turística. Também a viúva do Arquitecto Jerónimo Reis manifestou o seu desgosto por não ter sido convidada a assistir a toda a homenagem feita ao marido. Foram contudo as moções, que já vão em onze, e das quais apenas três foram abordadas, uma do PSD e duas da APU, que marcariam o ritmo dos trabalhos.

Para o PSD a Câmara cometeu o erro irreparável de aceitar o programa das comemorações proposto pela Nascente, que diz ser do Partido Comunista. Nenhuma força política, nem nenhuma outra organização, apresentou o que quer fosse para

que Espinho lembrasse a data histórica do 25 de Abril. A Nascente lembrou-se e talvez seja esse o seu crime. E a dúvida fica-nos. Nem mesmo já o PS gosta que se comemore o 25 de Abril? Parece que todos gostariam que ninguém aparecesse a lembrar a data. Depois, como nada fizeram, é fácil acusar. «O PCP não tem nenhuma cooperativa. Apela sim aos seus militantes que participem nas actividades culturais. É uma desonestidade política conotar a Nascente com o PC. É estulticia admitir que quando

a Nascente promove o CINANIMA, as Janeiras, e a semana dos artistas espinhenses, está a fazer o jogo do PCP. Devo pessoalmente dizer que a Nascente é uma dama com quem simpatizo, mas com a qual não casei» diria Teixeira Lopes. «Esta moção só se admite vinda de pessoas que não participaram nas comemorações. É um acto leviano. Se lá não estiveram pessoas do PSD foi porque não quiseram. É de lamentar que se acusa a Câmara de colaborar no 25 de Abril com a Nascente. E quando a Câmara colabora com a Académica ou com o Espinho, onde o seu Presidente até claramente se afirma como homem de direita, contra o 25 de Abril, porque é que o PS ou PSD nada dizem?» perguntaria Jorge Carvalho.

Nada a fazer. A abstenção do PS permitiu que a sua Câmara, e Rolando de Sousa, vereador socialista que se empenhou nas comemorações, fossem condenados. Honra seja feita a alguns socialistas (poucos) que

ousaram votar contra um absurdo. Foi a APU que, em outra moção de sentido contrário e apresentada por Saudade Teixeira Lopes, viu aprovada por unanimidade um voto de agradecimento aos militares do Abril.

## Trabalhadores não são esquecidos

A lei laboral, a CEE, os despedimentos e os salários em atraso, a par da preocupação especial quanto aos trabalhadores da Vigorosa, Gracex, Lopes da Cruz e Lusocelulós, serviram de tema a uma outra moção da APU, que quis vincar o carácter popular das comemorações, agora do 1.º de Maio. Coube a Ferreira Mendes, dirigente sindical e homem responsável da CGTP, convencer os seus pares do perigo, para os trabalhadores, que consiste na provável revisão das leis laborais. Preocupação que igualmente atinge os sindicalistas da UGT. Mas se isso podia levar a admitir o voto favorável dos socialistas foi puro engano. Alguns votos contra e outras abstenções do PS não permitiram que a Assembleia Municipal de Espinho manifestasse ao Governo a sua preocupação sobre a revisão da lei laboral. Amanhã, se for tarde, irão carpir as suas megoas.

É pronto. A sessão vai prosseguir no próximo dia 16 (5.ª feira). Em caixa ao lado falaremos ainda do trânsito em Espinho e da ausência mais uma vez do Presidente da Junta de Freguesia da Gueitum.

## Rua 19 é para fechar aos automóveis

O Engenheiro António Abel, especialista em trânsito, apresentou de forma sumária o seu trabalho sobre o ordenamento automobilístico em Espinho. Começando por admitir que nunca tinha olhado para Espinho, apenas o conhecia de por cá passar, traçou as grandes coordenadas do seu estudo e que passam pelos eixos considerados mais importantes, ou sejam as ruas 7, 19, 23, 33 e ruas 2, 8, 20 e 24, e pelo problema do fecho ao trânsito da rua 19 e do estacionamento. Segundo aquele técnico, só há duas maneiras de resolver o problema do estacionamento. Ou se arranjam mais espaços comprando terrenos que não existem, ou construindo parques que custam muito dinheiro, ou se faz o automobilista pagar o estacionamento. Propõe assim a instalação de parómetros, medida que foi contestada por quase todos os deputados.

Facilitar o acesso à praia é também uma das suas preocupações. As dúvidas da Assembleia foram contudo muitas. Aquele técnico de trânsito deverá agora elaborar uma planta onde demonstra as vantagens das alterações que propõe, indicando, em relação às alterações ao que hoje existe, os motivos das modificações que propõe. A Comissão de Trânsito irá apreciar previamente o estudo que será novamente submetido ao plenário. Guardaremos para essa altura uma informação mais pormenorizada das alterações de trânsito com que o automobilista se terá que haver. Fica desde já a informação que aquele técnico se pronuncia favoravelmente ao fecho da rua 19 aos automóveis, que apenas poderá ser atravessada no sentido Norte-Sul, na rua 16 e 20, na primeira para facilitar a saída dos Bombeiros e na segunda para ajudar ao descongestionamento da rua 16.

## BREVES

### O REGRESSO DE MOREIRA DE SOUSA

Ganha mais vivacidade e participação a bancada do CDS com Moreira de Sousa. Pode não se estar de acordo com as posições que defende, mas ninguém lhe pode tirar o valor de ser um deputado que manifesta as suas opiniões, até com uma certa graça, que protesta, que defende e acusa, que propõe. Habituo-nos até a certas tiradas que ajudam a acudir a sonolência que por vezes causa assistir-se às sessões. Aqui vai uma:

«Querira saudar os meus colegas depois desta ausência prolongada, que tem subjacente uma carga política, mas o tempo e a história explicam que por vezes os baralhos de cartas muito bonitos, apenas têm umas «biscas» e grandes e o resto são tudo duques».

O recado aos homens locais do CDS, que o combateram, particularmente Luís Gomes, estava dado.

### O PCP AINDA É MEIO PAI DO PSD

«O PCP realmente não faz nada por acaso. Nem foi por acaso que o PCP lutou como nenhum outro para a restauração da democracia em Portugal, que tantos mártires, torturados, mortos no Tarrafal teve, para que hoje

exista democracia, exista até a possibilidade de existir o PSD, que em outras condições não era possível». (Teixeira Lopes).

### MAS O PSD REJEITA A PATERNIDADE

«Vivemos realmente num País democrático que até permite que o PCP use a democracia. O PCP até pode dar louvaminhas ao menino Jesus, mas nós já sabemos que os comunistas bebem o vinho num lado e põem o ramalho no outro». (Aldindo Ribeiro)

### A MELHOR INTERVENÇÃO

Foi a que não existiu. Peranteu por inteiro ao Partido Socialista. Nem mesmo quando a Câmara, ou o seu vereador Rolando de Sousa, foram acusados de colaborar com a Nascente no 25 de Abril, nem mesmo quando Moreira de Sousa inventou o PS de ser irmão siamês, ligado pelo umbigo ao PSD, houve um único deputado socialista que ousasse pedir a palavra. Que é feito da bancada do PS? Se tirarmos os pipros de Noronha, para a plateia e os «roncos» de Manuel Couto Alves, ficamos o mexer na cadeira de Flávio Bastos e sobretudo o seu profundo silêncio. Nada mais, e é pena...

## MUNICÍPIO DE ESPINHO

EDITAL N.º 47/85

Artur Pereira Bártolo, Presidente da Câmara Municipal de Espinho:

Faz-se público, que durante o prazo de 20 dias, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente edital, no Diário da República, será aberto concurso público para a execução da obra de «PAVIMENTAÇÃO DE UM CAMINHO EM PARAMOS (LOT. DE D.P.L.)».

Base de licitação 1.156.000\$00  
Depósito provisório 28.900\$00

Só podem ser admitidos concorrentes nacionais, os quais deverão apresentar:

1 — Documento comprovativo da sua inscrição na Associação respectiva; 2 — Declaração discriminativa do equipamento técnico e do pessoal especializado de que dispõe para a execução dos trabalhos.

Os depósitos podem ser substituídos por garantia bancária.

O programa de concurso a caderno de encargos, encontram-se patentes todos os dias úteis, dentro das horas normais de expediente, na Secretaria da Câmara Municipal.

A abertura das propostas que devem ser entregues nesta Câmara Municipal ou enviadas pelo correio, sob registro, será feita pela Comissão nomeada para o efeito, no primeiro dia útil seguinte ao fim daquele prazo, pelas quinze horas, na Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Espinho, salvo se este coincidir com sábado que será no primeiro dia útil que se seguir.

E eu, João Vicente, Assessor Autárquico desta Câmara Municipal o subscrevi.

Espinho, 26 de Abril de 1985

O Presidente da Câmara,  
Artur Pereira Bártolo

## NO REINO DO SILÊNCIO

Algo vai mal para os lados de Gueitum. A ausência de Joaquim Sá, Presidente da Junta de Freguesia, que não respondeu favoravelmente ao pedido da Assembleia Municipal para ali comparecer e poder explicar as dúvidas que se levantam (a não prestação de contas), começa a causar estranheza, particularmente porque Joaquim Sá sempre foi considerado como um dos autarcas mais combativos e capazes, merecendo inclusivé a escolha para representar a Assembleia Municipal em órgãos de nível superior. Agendada está agora uma moção do PSD que pede ao Secretário de Estado da Administração Autárquica uma inspeção à Junta de Gueitum, na pessoa do seu Presidente, e ainda um pedido do Secretário daquela Junta, (Quintino Ferreira) que alega ter pedido a sua demissão por carta registada ao Presidente Joaquim Sá e que a mesma carta lhe foi devolvida, insistindo para que a Assembleia averiguasse o que se passa na mais pequena freguesia de Espinho, a caminhar para ser a maior em termos de suspensas, fundadas ou não, mas a cujo esclarecimento em nada ajuda o mutismo do seu Presidente.

## Reunião da Câmara, não houve

A habitual reunião que o Executivo Camarário realiza às sextas-feiras, não se efectuou a semana passada por falta de quorum. Apenas estavam presentes à hora de se iniciarem os trabalhos, Rolando de Sousa, Luís Albernaz e Carvalho e Sá,

José Fonseca chegaria mais tarde, devido a afazeres profissionais.

Dos ausentes, Artur Bártolo encontrava-se em Lisboa, Joaquim Ribeiro e Casal Ribeiro faltaram por motivos particulares justificados.

## ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

## O futuro de Espinho?

A União de Esquerda para a Democracia Socialista — UEDS — promoveu no passado dia 4, sábado, pelas 21.30 horas, no novo Salão da Câmara, um debate subordinado ao Tema: «Espinho e a Área Metropolitana do Porto».

Moderado pelo Arq.<sup>o</sup> Pessegueiro de Miranda da UEDS o debate teve alguns momentos de interesse, não sendo porém totalmente conseguido quanto ao problema central que se propunha debater: as implicações para Espinho no caso de integração na área metropolitana do Porto. Isso mesmo foi acentuado por Raul de Brito, um dos subscritores do projecto conjuntamente com Carlos Lage, quando no final afirmou que não vinha «preparado para discutir o problema de Espinho porque julguei que se iria discutir aspectos mais gerais do projecto».

Com uma mesa composta pelas personalidades acima referidas e por um representante de cada partido representado na Assembleia Municipal, Julião Pedrosa do PS, Ferreira de Campos do PSD, Jorge Carvalho do PCP e Fernando Lima do CDS, (apenas o MDP/CDE não se fez representar) a apresentação do projecto coube a Fernando Menezes. Este membro da UEDS começou por dizer que «por ser um assunto melindroso, aquele que aqui vamos tratar, justifica-se que alguns dos convidados não estejam presentes».

Raul de Brito explicou depois que «o projecto não aponta para a criação de uma região, mas é uma forma superior de Associação de Municípios». Este deputado do PS, defendeu o aparecimento do documento em discussão porque, segundo as suas palavras, «ao fim de 10 anos não foi possível concretizar uma associação

de Municípios». (Para uma melhor ideia das palavras de Raul de Brito, ver entrevista).

Depois foi a vez dos representantes dos partidos políticos presentes na mesa, emitirem a sua opinião sobre o projecto. Na sua curta intervenção, Julião Pedrosa afirmou que não poderia emitir uma opinião favorável ou contra porque não conhecia o documento a fundo, acrescentando que esperava que dali pudessem sair «uma luz verde para se poder confiar nas pessoas».

Ferreira de Campos considerou por outro lado, que «não devemos esquecer a qualidade de espinhenses e a óptica com que devemos encarar este problema tem de ser a dos interesses do Concelho». O actual presidente da A.M. perguntaria em seguida «se é importante para Espinho fazer parte daquilo que considero uma Associação permanente quando já temos associações pontuais? Que outros sectores poderiam beneficiar com esta associação? A finalizar a sua intervenção Ferreira de Campos afirmou que «Espinho será sempre uma zona periférica de Aveiro e Porto. É um fatalismo geográfico do qual não nos libertaremos».

A posição mais crítica em relação a este projecto viria de Jorge Carvalho. Começou por desfazer aquilo que considerou um equívoco, dizendo: «Não está em causa se Espinho deixa Aveiro e passa para o Porto. Mesmo com a aprovação deste projecto, nós não deixariamos o distrito que actualmente integramos». Depois este membro da AM considerou que «o nome do projecto é infeliz e induz em erro. Não se trata de regionalização mas «associação» que tenderá à formação da tal área do Porto». O representante do PCP disse ainda que «esta é uma Associação imposta de S. Bento para aqui. Isto é aberrante porque qualquer forma de associação pressupõe liberdade das partes se associarem e abandonarem quando quiserem. Voltamos ao Corporativismo». Jorge Carvalho perguntou ainda: «O que faz correr o PS para apresentar este projecto num ano de eleições? Esta é uma região onde tem a maioria absoluta e quer impedir essa maioria a Câmaras que não domina». Para o dirigente Comunista, «este projecto retira poderes aos municípios, que ficam concentrados nesses órgãos perdendo o Poder Local parte da sua autonomia».

continua na página 8

## RAUL DE BRITO:

## «As ideias novas encontram sempre resistência»

O projecto «é um passo no princípio da regionalização, principalmente no campo das ideias», afirmou-nos Raul de Brito, deputado do PS e segundo subscritor do projecto de criação da Área Metropolitana do Porto.

Mare Viva — Qual foi a ideia base que presidiu à elaboração deste projecto?

Raul de Brito — Existem, naquilo que nós consideramos a área do Grande Porto, um conjunto de problemas que não têm podido ser resolvidos quer por dificuldades da Administração Central quer por dificuldades de coordenação e planeamento dos órgãos municipais. Alguns desses problemas ultrapassam a capacidade financeira ou a capacidade de organização do poder local, por um lado; e, por outro lado, os departamentos não têm sabido fazer o levantamento das situações nem

dar resposta aos problemas que preocupam as populações. Neste sentido e como os municípios não foram capazes, ao longo destes dez últimos anos, de encontrar formas de associação para resolver os problemas que estão interligados ao nível dessa área, nós entendemos que seria importante dar uma contribuição para tentar ajudar a resolver esses problemas. Além do mais, temos noção da escassez de meios financeiros que estes municípios têm. Pela actual legislação, os índices que eles obtêm quando concorrem às verbas que a Administração Central dispõe para este tipo de asso-

ciações, naturalmente que os índices são extremamente elevados em relação a outros tipos de Associações de zonas do interior e, portanto, nunca são beneficiados pelas verbas dos departamentos centrais. Entendemos que, já que a Constituição prevê este tipo de organização e o seu financiamento pelo Estado, será uma forma de contribuir, em termos financeiros, para a resolução de problemas graves que estes municípios têm.

Por outro lado, tivemos a preocupação de não criar uma região administrativa, mas sim uma simples forma de associação de municípios. Mas com uma vantagem em relação à associação de municípios tradicional, por uma dupla delegação: os municípios vão delegar algumas competências nesta associação, mas os órgãos periféricos do Estado Central também.

MV — Será um passo na tentativa de descentralização?

RB — É um passo no princípio da regionalização, principalmente no campo das ideias: abre o caminho para aceitar, quer o poder local quer o poder central, que tem de haver soluções intermédias já que nenhum deles tem conseguido dar resposta a um conjunto de problemas como os do tráfego, do urbanismo, do saneamento básico. Como não é possível ou não há condições políticas, neste momento, para avançar com um processo de regionalização, pensamos que esta será uma fórmula que é possível e que iria responder a um conjunto dessas necessidades.

MV — Poderá ser sempre uma solução transitória?

RB — Não é uma solução transitória porque, a partir do momento em que ela seja institucionalizada, vai fazer com que surja uma nova forma de organização ao nível local ou regional. Mas o que não evita é que amanhã surja outra fórmula que nós consideramos que é mais adequada para a resolução dos

problemas, que serão de facto as regiões administrativas. Em relação às regiões administrativas que causam grandes receios principalmente aos autarcas, tem uma grande vantagem este tipo de associação: é que o seu Conselho Executivo vai ser formado pelos respectivos Presidentes de Câmara. Portanto, continua a ser uma forma de associação local e não geral. São os municípios que vão gerir este tipo de associação. Não há outro tipo de intervenção que existiria numa região, porque aí iriam ser eleitos novos dirigentes e novos membros para uma Assembleia Regional.

MV — No plano eleitoral, quais são as incidências deste projecto?

RB — Bem, eu penso que aqui é que está a questão. Há um certo receio por parte da oposição de que o Partido Socialista, liderando este tipo de organização, possa vir também a intervir e a ganhar posições nos restantes. E, normalmente, o ataque feito ao projecto é um ataque que tem como pressuposto esta questão fundamental; porque, de outra maneira, não se percebe, nem até hoje ninguém conseguiu demonstrar quais são as desvantagens deste tipo de organização. Nós conseguimos dizer quais são as vantagens, os nossos adversários não nos conseguem dizer quais são as desvantagens.

MV — Este projecto tem pernas para andar? Isto é, nós sabemos a grande influência que o poder económico local tem tido nas decisões que têm sido tomadas (ou não). Eu lembro-lhe que outros projectos (como o Parque da Cidade) têm tido grandes dificuldades de concretização.

RB — Este projecto terá pernas para andar se as forças políticas locais lhe derem apoio e se encontrarem nele um instrumento que vá servir os seus interesses. Além disso temos plena consciência que só em sede legislativa, na Assembleia da República, é que o mesmo pode vir a concretizar-se. E para isso precisa de uma base política de apoio que extravase os proponentes.

É uma ideia nova em relação aquilo que existe e as ideias novas novas encontram inicial-

## O PROJECTO

O projecto da «Criação da Área Metropolitana do Porto» surge porque, até ao presente, nenhum passo significativo foi dado, para responder em sede Legislativa aos múltiplos problemas que todos reconhecem existirem e não poderem ser resolvidos isoladamente por cada um dos municípios das áreas metropolitanas.

O projecto aponta para a criação de uma «pessoa colectiva de direito público» que englobaria os concelhos de Espinho, Porto, Gaia, Matosinhos, Valongo, Maia, Vila do Conde e Póvoa do Varzim.

Esta Área Metropolitana do Porto teria por atribuições fundamentais: «coordenação dos planos directores dos municípios integrantes»; «elaboração de directrizes comuns de delimitação metropolitana»; «compatibilidade das propostas de delimitação das áreas de desenvolvimento e de construção prioritárias»; «coordenação de serviços públicos intermunicipais» (transportes colectivos, infraestruturas de saneamento básico, vias de comunicação, etc.); «elaboração de propostas de investimento metropolitano participado pelo estado, executado pelos municípios ou da responsabilidade da Área Metropolitana do Porto»; a «organização e funcionamento de serviços técnicos próprios»; «o desempenho das atribuições que venham a ser transferidas da Administração Central nomeadamente nos domínios da educação, saúde, protecção civil e turismo».

A Área Metropolitana do Porto disporia de dois órgãos; a Assembleia Metropolitana e o Conselho Executivo Metropolitano. A Assembleia Metropolitana seria «constituída por dois membros eleitos por cada Assembleia Municipal e Câmara Municipal de cada um dos Municípios». O Conselho Executivo seria constituído pelos «presidentes de cada um dos municípios integrantes». O Presidente do Conselho Executivo seria «eleito dentre os seus membros pela Assembleia Metropolitana». Seria ainda constituída uma Comissão Permanente composta pelos representantes dos presidentes de municípios, que estaria incumbida da gestão corrente e a preparação das decisões que cabe ao Conselho Executivo. Está prevista ainda a constituição de um Conselho Consultivo Metropolitano com o objectivo de «concertação e coordenação entre os diferentes níveis da administração» onde estariam representados os «serviços e organismos estatais cuja acção incida na zona» da Área Metropolitana.

O projecto prevê ainda a criação de empresas públicas ou mistas quer intermunicipais quer metropolitanas destinadas à realização dos objectivos da Área Metropolitana.

Este projecto, cujo primeiro subscritor foi o deputado Carlos Lage, deu entrada na Assembleia da República em Novembro de 1984.

mente algumas resistências. Estamos convencidos que por força e por necessidade das populações e autarquias, os seus responsáveis a este nível acabarão por sentir junto dos respectivos partidos que só há interesse em que esta iniciativa tenha êxito.

## MUNICÍPIO DE ESPINHO

## EDITAL N.º 46/85

Artur Pereira Bártolo, Presidente da Câmara Municipal de Espinho:

Faz-se público, que durante o prazo de 20 dias, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente edital, no Diário da República, será aberto concurso público para «FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE MOBILIÁRIO PARA ESCOLA PRIMÁRIA (6 SALAS) DA PONTE DE ANTAS».

Base de licitação 1.500.000\$00

Depósito provisório 37.500\$00

Os depósitos podem ser substituídos por garantia bancária.

O programa de concurso e caderno de encargos, encontram-se patentes todos os dias úteis, dentro das horas normais de expediente, na Secretária da Câmara Municipal.

A abertura das propostas que devem ser entregues nesta Câmara Municipal ou enviadas pelo correio, sob registo, será feita pela Comissão nomeada para o efeito, no primeiro dia útil seguinte ao fim daquele prazo, pelas quinze horas, na Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Espinho, salvo se este coincidir com sábado que será no primeiro dia útil que se seguir.

E eu, João Vicente, Assessor Autárquico desta Câmara Municipal o subscrevi.

Espinho, 26 de Abril de 1985

O Presidente da Câmara,  
Artur Pereira Bártolo





Estação da C. P.

# Câmara opta pela sua implantação no Vale do Vouga

A realização desta reunião privada para discutir o problema da localização da estação da CP, tinha sido sugerida, conforme noticiamos na altura, por Casal Ribeiro, na sequência da discussão de um projecto enviado por Manuel Violas, de construção de um imóvel no quarteirão das ruas 8, 10, 25 e 27, local apontado pela CP como alternativa para a construção da referida estação e que tinha parecer favorável da Repartição Técnica.

A proposta aprovada, da autoria de Rolando Sousa, considerava que em face de ter sido acordado em reunião efectuada com técnicos da CP, a que Manuel Violas também esteve presente, «que os terrenos pertença da CP situados na zona denominada Espinho-Vouga

reune condições suficientes para a futura estação ferroviária», «que a CP de acordo com a mesma reunião irá fazer um estudo prévio para a futura estação no local de Espinho-Vouga, e que esta solução será uma síntese das propostas A e C», propõe «que a Câmara indique à CP como local prioritário para a implantação da futura estação subterrânea e respectiva interface a zona designada por Espinho-Vouga». E «que esta proposta seja submetida à apreciação da A.M.».

Esta proposta seria aprovada com 5 votos favoráveis, e com os votos contra de José Fonseca e Casal Ribeiro. Estes dois vereadores seriam por outro lado autores de duas outras propostas também apresentadas

sobre este assunto a que apenas mereceram a sua aprovação. José Fonseca propunha que a «Câmara suspendesse por um período, não superior a 30 dias, a apreciação de qualquer projecto que inviabilize serem conjuntamente analisadas as duas soluções — a do quarteirão das ruas 8 e 10, 25 e 27 e a solução a ser enviada junto à estação do Vouga». Na sua proposta o vereador do PSD adiantava ainda «que no mais curto espaço de tempo seja elaborada um pequeno dossier onde constem as duas soluções possíveis, lá referidas, que se façam acompanhar dos pareceres dos Serviços Técnicos, do Arquitecto Urbanista, da deliberação camarária e assim constituído seja o mesmo dossier enviado para apreciação última à

Assembleia Municipal, Conselho Municipal, Juntas de Freguesia e Associação Comerciais».

Por último, a proposta concluía: «Finalmente e auscultada toda a população de Espinho, representada nestes órgãos autárquicos, tem a Câmara criadas todas as condições para na mais linear consciência democrática, ter encontrado a solução que melhor vai servir os interesses da nossa cidade e do Concelho».

Casal Ribeiro, por sua vez proponha numa outra proposta «que a Câmara promova a obtenção de pareceres técnicos do arquitecto urbanista e outros técnicos, nomeadamente de Espinho, e que a breve prazo procure ouvir entidades que se mostrem interessadas em problema tão importante, afim de

que se recolha o máximo de informações e sugestões que possam ajudar a formar um juízo e tomar uma decisão, tão correcta e participada, quanto possível». A finalizar o vereador da APU afirmava «que qualquer decisão que venha a ser tomada pela Câmara deve ser submetida à Assembleia Municipal como alifás aconteceu com a deliberação sobre a solução A da CP».

Na sua proposta, Casal Ribeiro num dos considerandos adiantava ainda: «Julgo que o problema é demasiado complexo, importante e técnico para que a vereação decida sem mais ajudas, correndo-se o risco de decidir apoiados em ideias subjectivas e até sentimentais, que se foram criando através dos tempos».

## Treinador do Sp. Espinho afirma:

### Jogadores não recebem há dois meses

Edmundo Duarte, no final do encontro, era um homem desiludido com a tarefa que há longos meses assumiu no Sp. Espinho e que não veio a ter melhores frutos devido à falta de condições encontradas. Respondendo de imediato à solicitação dos jornalistas para prestar declarações, começou por afirmar: «As pessoas pensavam que o Espinho era um forte candidato ao título, mas isso não passou de pura especulação porque os responsáveis do clube tudo fizeram para que isso não acontecesse». O técnico espinhense classificaria como boa a participação da sua equipa no Campeonato Nacional da II Divisão, dizendo: «Julgo que o Espinho está a fazer um bom Campeonato, para não descer de divisão, porque é bastante difícil uma equipa fazer melhor quando não se pagam ordenados há dois meses aos seus profissionais, que apenas vivem disto, quando ainda há luvas em atraso e quando nos faltam condições para proseguirmos o nosso trabalho. Exemplos disso: fui privado de treinar no nosso campo durante semanas e ainda não temos o campo de treinos largamente prometidos».

De seguida o treinador local dirigiu palavras de apreço aos seus jogadores e à sua condição de profissionais: «Não quero deixar de frisar a dignidade dos jogadores que mesmo sem receber nunca se furtaram a

treinar com entusiasmo e nos jogos sempre lutaram pelos dois pontos. Nestas condições, prosseguiu, o Espinho está a fazer o campeonato possível e a sexta posição é altamente dignificante, porque outros há que se debatem com os mesmos problemas e atravessam fortes dificuldades para não descer do Campeonato da II Divisão. E os espinhenses, que se prezem de o ser, não deixaram de ajudar esta situação, devendo providenciar para o aparecimento de um Espinho melhor, que dê condições às pessoas para desempenharem as suas funções».

Para concluir as suas palavras, ditas de um só folego, Edmundo Duarte confirmou que a sua atitude resultava da reacção de Américo Padrão quando se registaram as substituições: «Vou pedir a minha demissão porque é impossível trabalhar. O Presidente do clube com a sua irresponsabilidade demonstrou que não tem capacidade para assumir a condução de um clube com o prestígio do Espinho. A minha decisão é inabalável».

Estas foram as palavras de desabafo do treinador espinhense que o «Maré Viva» registou no final do encontro de domingo e que levam a mais uma crise técnica registada esta época no Sp. Espinho. A primeira, deu-se com o abandono de Hernâni Gonçalves.

## UEDS organizou debate

continuação da página 5

Para Fernando Lima, do CDS, o seu partido «é favorável à verdadeira regionalização e descentralização», considerando que «este projecto é partidário com fins ainda pouco claros». E o representante centrista acabaria com certo humor: «somos a favor de um referendo com perguntas objectivas, não como as do PSD».

Ao Eng.º Pessegueiro de Miranda coube vincular a posição da UEDS, embora, como acentuou, a título pessoal: «Defendemos que as Associações de Municípios são importantes para o Poder Local», começou por dizer, criticando de seguida a maneira como esta área metropolitana é imposta: «o ideal seria que as áreas fossem da vontade dos municípios, de baixo para cima e não como está a acontecer, imposta de cima para baixo».

Raul de Brito, defenderia depois o projecto, tentando responder às questões e críticas que foram feitas pelos representantes dos Partidos.

A intervenção menos esperada, veio da parte do público pela voz de Avelino Zenha que fez um discurso longo e preparado. O ex-deputado socialista começou por afirmar que iria «pôr o problema ao contrário, olhando a realidade histórica, importa determinar-nos sobre as questões de fundo e deixar a relação de forma». Zenha, depois de chamar a atenção para «o papel fundamental do Poder local», inumerou uma série de exemplos onde a vida dos espinhenses está ligada ao Porto. «Só vamos a Aveiro tirar a carta de condução», disse, concluindo: «isto são condicionalismos da história e temos de nos associar preferencialmente com a dinâmica existente. Este é o sentimento de uma comunidade objectiva».

Avelino Zenha consideraria que por detrás de posições contrárias a este projecto, «há muito calculismo político», para afirmar que «isto pode ser a antecâmara do que será a tal região administrativa. Não podemos pensar que vamos resolver todos os problemas mas o que é preciso é termos a coragem para enfrentar os problemas da integração».

E o membro da A.M. acrescentou: «Espinho tem de determinar qual o seu modelo de desenvolvimento e qual o seu papel na área metropolitana do Porto». Avelino Zenha falou depois naquilo que considerou «as formas de eleição. Incliná-me-ia para o referendo porque as populações não têm nada a ver com as questões políticas. Já lá andei e sei as pressões que se fazem». Por último, o ex-deputado afirmou ser este projecto «uma pedrada no charco, porque obrigou as pessoas a discutir. Todos os partidos quando estão na oposição falam na regionalização, mas no governo não querem ceder e perder poderes». A concluir: «Por uma questão de fundo, defendo a integração de Espinho no Porto».

Seguir-se-iam mais algumas questões e intervenções dos representantes dos Partidos políticos, à excepção de Julião Pedrosa que entretanto se retirou da sala, tendo o debate finalizado com uma rápida intervenção de Raul de Brito e com o moderador, Eng.º Pessegueiro de Miranda, a agradecer a presença dos 10 autarcas, «entre as muitas dezenas que Espinho tem», que estiveram na sala.

## Cursos de Iniciação à Publicidade

A Casa de Cultura da Juventude de Aveiro, com a colaboração do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, vai promover um Curso de Iniciação à Publicidade, que decorrerá em Aveiro, nos dias 18 e 19 de Maio próximo.

A publicidade será analisada como importante meio de comunicação, salientando-se o seu impacto na vida económica e social dos povos, por intermédio de mecanismos psicológicos que lhe são específicos.

O público, a mensagem publicitária, os seus efeitos, o relacionamento entre a publicidade e o desenvolvimento, aspectos teóricos, técnicos e práticos, a legislação e a defesa do consumidor, são alguns dos temas a abordar pelo monitor do Curso, Júlio de Sousa Martins.

A todos os participantes residentes fora da cidade de Aveiro, será garantida a alimentação e o alojamento.

Todos os jovens interessados em participar neste Curso deverão fazer a respectiva inscrição na Delegação Regional do FAOJ em Aveiro (Av. 25 de Abril, 24 — r/c), mediante o pagamento de 250\$00, até ao próximo dia 10 de Maio.



Freitas, defesa central do Espinho, será o treinador da equipa de futebol até o final da época, na sequência da demissão de Edmundo Duarte (ver notícia noutra local).

O convite ao ex-jogador do F.C. Porto, foi dirigido por Américo Padrão, sendo prontamente aceite e bem recebido pelos restantes colegas, segundo nos informou uma fonte do clube.

Freitas nesta sua nova missão será auxiliado por Dario, um outro jogador da equipa.



Câmara Municipal do ESPINHO